

História Local: Abordagens e Problemáticas

PEDRO FERNANDES

pedro_fernandes_sp@hotmail.com

Investigador Integrado, Pólo História, Territórios e Comunidades (FCSH, UNL)

Resumo

Este artigo debruça-se sobre a natureza da História local, ponderando algumas das suas especificidades metodológicas e explorando as problemáticas associadas a este campo, especialmente no que diz respeito ao acesso e análise de fontes.

Palavras-chave:

História; História Local; História Regional; História Oral; Fontes Escritas; Fontes Orais

Abstract

This article focuses on the nature of local History, pondering some of its methodological specificities and exploring the issues associated with this field, especially concerning the access to and analysis of sources.

Key concepts:

History; Local History; Regional History; Oral History; Written Sources; Oral Sources

História Local – Uma introdução à temática

Na obra *Viagens na Minha Terra*, Almeida Garrett aponta, no seu habitual modo perspicaz, que “a História, lida ou contada nos próprios sítios, em que se passou, tem outra força e outra graça” (1997, p. 137). Embora a observação não se refira, especificamente, a algo passível de constituir História local, o sentimento é certamente aplicável a tal contexto.

Torgal (1987, p. 857) refere que a História local e regional “é praticamente tão velha quanto a historiografia portuguesa”. Na atualidade, a História local define-se como viva, fértil e multifacetada, constituindo igualmente ponto de contacto e articulação entre disciplinas e investigadores de naturezas e antecedentes diversos, exigindo flexibilidade e criatividade nas abordagens empregues no contexto das suas investigações, de modo a ultrapassar desafios concretos que se levantam, especialmente, no domínio das fontes. A elaboração de História local na contemporaneidade requer abertura a um esforço colaborativo entre investigadores académicos, entusiastas amadores e agentes de cooperação da comunidade local (Nunes, 1996. p. 79), uma dinâmica singular no domínio historiográfico e cujo sucesso ou insucesso é do-

tado de consequências diretas no panorama da produção histórica nacional.

Não será então polémico afirmar a História local como dotada de particular relevância. Aliás, Torgal (1987, p. 864) salienta que a História local e regional “tem de ser entendida como fundamental para a (re) elaboração da História Geral e não pode mais ser concebida como um puro «provincianismo historiográfico» relegado para edições de segunda ordem, para o canto das publicações de interesse menor”. Neto (2010, p. 47) acrescenta à posição tomada por Torgal, apontando a História local como “um ramo historiográfico plural que não se deixa aprisionar em classificações rígidas, redutoras da sua riqueza e complexidade”. Já Silva (1999, p. 388) conclui que a História local se define como de “malhas flexíveis”, “sectorial e limitada nas suas ambições”, partindo de hipóteses originais e focando objectivos concretos. Para o autor, a vocação do historiador local é a de “carrear” e de “partir e afeiçoar as pedras que hão-de servir para a construção da grande história”, trabalho “humilde mas indispensável”.

A noção de flexibilidade preconizada por Neto e Silva como inerente à História local encontra reflexo nas considerações de Barros (2009.

p. 3), o qual afirma que “[o]s objetos historiográficos (...) não se fazem presentes no interior dos campos históricos, mas entre eles, na conexão entre eles”. Assim, o que se constitui – mesmo para o autor de uma determinada obra/investigação – como História local, não se exclui a definir-se igualmente como História política, económica, social, oral ou outras; o autor utiliza o interessante conceito de “histórias poli-adjetivadas” para ilustrar esta situação (2009, p. 5).

A posição expressa por Barros é complementar ao pensamento de Nunes (1996, p.74), a qual afirma que o investigador da História local deve efetuar uma “abordagem transdisciplinar” nos estudos que elabora, baseando-se quando necessário em disciplinas como a Geografia regional, História rural, Arqueologia industrial, toponímia local, entre outras.

Independentemente do percurso tomado por uma investigação no contexto da História local, das conexões estabelecidas ou campos explorados, o propósito do trabalho realizado prender-se-á, invariavelmente, com a relevância do estudo para a construção da identidade local. Neste aspeto, Neto (2010, p. 69) conclui oportunamente que a História local pode então transformar-se numa História aplicada, pois os estudos desse domínio constituem não só um suporte à execução

de projectos de reconstituição do património local, organização de ecomuseus e outros projectos associados às novas concepções de turismo cultural, mas detêm igualmente um papel essencial na divulgação do conhecimento histórico, conferindo densidade histórica aos lugares concretos, facto que “contribui para o estabelecimento de laços entre as populações e os lugares, gerando criação de afectos pelos espaços da vivência quotidiana”.

Que História Local?

Devido ao facto de abarcar uma pluralidade de possíveis vertentes e configurações, a História local depara-se, não surpreendentemente, com problemáticas conceptuais, algumas das quais partilhadas com a História geral e outras bastante próprias deste ramo.

Em primeiro lugar, será relevante enquadrar a História local no tempo e espaço, tarefa de aparência simples, mas de execução complexa. Neste aspeto, Barros (2009, p. 3) apresenta uma interessante provocação sob forma da frase: “toda a história é local”, uma adaptação do pensamento de Benedetto Croce, o qual referiu que “toda a história é contemporânea”. Com estas afirmações de âmbito paralelo e complementar, os autores transmitem a noção que qualquer escrita de História é influenciada pelo contexto e tempo nos quais é produzida, ou

seja, como esclarece Barros, a História é elaborada “a partir de um momento que é o do Presente do historiador”. O autor alude às ponderações de Certeau (1982, cit. em Barros 2009, p. 4), as quais afirmam que todo o trabalho historiográfico está relacionado com um “local de produção”, caracterizando-se com marcas desse mesmo local, regressando depois para estabelecer “novas interações com os leitores que se reapropriarão criativamente desta história”. Este ponto é igualmente tocado por Silva (1999, p. 387), o qual lembra que a produção da História local será revisitada, revista e reutilizada ciclicamente, pelo que exige acentuado rigor e honestidade intelectual na análise das fontes.

Mendes (2000, p. 351) refere que, “em vez de história seria mais apropriado falar de histórias locais, devido à gama de hipóteses a contemplar”. Neste aspeto, o autor refere-se especificamente à natureza formal da produção, nomeadamente a tradicional monografia (ou estudo de caso) ou projetos mais abrangentes e ambiciosos. Contudo, esta designação pode, hipoteticamente, conceptualizar-se de modo um pouco mais lato; dificilmente será abusivo considerar “histórias locais” como um termo com capacidade de comportar não só as conclusões de Mendes, mas igualmente as de Barros, deixando ainda espaço

à consideração de História local como designação que assume significados distintos no contexto das diferentes correntes historiográficas em diversas nações. Simplificando: embora partindo de inquietações comuns e recorrendo a fontes de natureza semelhante, a História local inglesa, por exemplo, não é a História local portuguesa, assim como a História local setubalense, não será a História local eborense ou portuense; as realidades geográficas, culturais e socioeconómicas dos territórios são demasiado distintas para se assistir, atualmente, a uma verdadeira padronização da produção histórica, mesmo partindo de metodologias comuns.

A noção de História local define-se inclusive como problemática logo no campo da semântica, com uma utilização frequente, de modo indistinto, dos termos História local e História regional. Aliás, Mendes (2000, p. 352) refere mesmo o termo região como um “conceito-problema”. Barros (2009, p. 6) pondera a questão, afirmando que “[n]ão existem, para o historiador, regiões que se impõem a ele como espaços já dados de antemão. Isto porque a "região" ou a "localidade" dos historiadores não é a localidade dos políticos (...), ou da geografia física, ou da rede de lugares administrativos”. O autor acrescenta que qualquer "região" ou "localidade" é “necessariamente uma construção do

próprio historiador” e se esta coincidir com outra que já exista ao nível administrativo ou político, tal será apenas um resultado das circunstâncias. Torna-se então necessário que “o pesquisador – ao delimitar o seu espaço de investigação e defini-lo como uma ‘região’ – esclareça os critérios que o conduziram a esta delimitação”; a região é um espaço homogêneo ou uma sobreposição de espaços? Que fatores orientam o recorte da pesquisa? Se utilizado um critério político-administrativo, será um critério de que tempo: do historiador ou do período histórico em análise? (Barros, 2009. p. 7).

A definição “conceito-problema” anteriormente referenciada (Mendes, 2000. p. 352) é, sem dúvida, adequada a esta questão. Consideremos, a título de exemplo ilustrativo, um hipotético estudo relativo a propriedades agrícolas na região de Setúbal. Como estabelecer e limitar este conceito de “região”, preservando no espaço da temática abordada um sentido de continuidade e consistência? As realidades geográficas e laborais das propriedades enquadradas na cidade de Setúbal e arredores próximos, constituem-se como bastante distintas de propriedades situadas em Azeitão ou Almada. Por sua vez, as características de tais propriedades não encontram reflexo direto com as localizadas em Grândola ou Alcácer. Contudo, todos os espaços se situam

nos limites político-administrativos do distrito de Setúbal.

Atendendo a inconsistências desta natureza e diversas outras que se podem ancorar numa multiplicidade de fatores históricos, sociais, culturais, torna-se aparente a validade dos pontos levantados por Barros (2009); a delimitação do espaço – local ou regional – definir-se-á então, de facto, como uma construção do investigador; necessariamente regrada, lógica e coerente, mas particular.

O recurso à oralidade

A valorização da oralidade e da memória no domínio da historiografia tem vindo a ser fomentada pelas mudanças que se verificaram nesse campo e que emanaram, em grande parte, da historiografia francesa, mais concretamente da História das mentalidades coletivas, a qual se afirmou a partir da década de 60 do século XX (Hutton, 1993 parafraseado em Ferreira, 2002. p. 320). Atualmente, como refere Lozano (2006, p. 17), a História oral dispõe do seu próprio “arsenal académico” e encontra aceitação tanto em profissionais da História como em outras disciplinas das ciências sociais.

A relevância para a História do relato na primeira pessoa é fácil de compreender; como menciona Samuel (1989, p. 230), documentos não podem ser “instigados a esclarecer, em maiores detalhes, o que

querem dizer, dar mais exemplos, levar em conta as exceções, ou explicar discrepâncias aparentes na documentação que sobrevive”; já a evidência oral é “somente limitada pelo número de sobreviventes, pela ingenuidade das perguntas do historiador e pela sua paciência e tato”.

O campo da História local é especialmente aberto aos benefícios da recolha de testemunhos orais, até porque, frequentemente, temáticas mais recentes não encontram, nesse domínio, o suporte documental com o qual podem contar investigações relativas a temas temporalmente (mais) distantes. Além do mais, existe ainda a questão das próprias limitações de acesso a documentação com dados pessoais, as quais se encontram estabelecidas no Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro.

Assim, a realização de entrevistas define-se como uma proposta tentadora. O procedimento é, de facto, extremamente versátil, podendo as entrevistas constituírem-se como não estruturadas, semi-estruturadas, ou estruturadas, dependendo do grau de liberdade que o investigador lhes deseje conferir. Existe a possibilidade da realização de entrevistas individuais ou de grupo e, em termos de nível de controlo, as

entrevistas poderão definir-se como formais ou meramente informais/exploratórias (Colognese & Mélo, 1998. p. 144). Atendendo às inúmeras combinações que advêm destas características, qualquer estudo no campo da História local (ou outra) que necessite de apelar à oralidade encontrará, no procedimento, uma formatação conveniente aos objetivos que propõe alcançar.

A problemática inicial no recurso ao procedimento centra-se então na necessidade de definir quem e como entrevistar. Neste ponto, o investigador depara-se com a obrigatoriedade de uma ponderação dos conceitos de amostragem e representatividade no contexto de uma investigação científica qualitativa. Gil (2008, p. 90) distingue dois tipos de amostragem: probabilística e não probabilística (Bauer & Aarts, 2003. p. 39 adotam, para estes mesmos conceitos, as designações estatística aleatória e representativa); no caso da pesquisa qualitativa, a amostragem não probabilística destaca-se, naturalmente, como a mais apelativa e potencialmente frutífera. Thompson (1998, p. 167) aponta que será mais lógica uma seleção dos sujeitos que tenham mais a contar, que estejam mais dispostos a partilhar as suas experiências e informações, do que embarcar num corte transversal aleatório de representantes para um determinado grupo. Em linha de pensamento semelhante,

Brisola & Marcondes (2011, p. 128) afirmam que existe certamente uma liberdade de ação muito particular no contexto dos testemunhos orais em relação à escolha e número dos entrevistados. Como tal, o investigador terá, tendencialmente, uma preocupação mais acentuada para com a representatividade do que para com a quantidade de testemunhos.

Esta observação conduz de imediato à questão introduzida por Gaskell & Bauer (2003, p. 477), os quais se interrogam, nos casos de seleção dos informantes, “[c]omo podem ser estabelecidas as reivindicações de representatividade?”. Prender-se-á este ponto com o número de testemunhos recolhidos? Os autores apontam que, por um lado, com apenas alguns casos observados, “será difícil a alguém defender representatividade”, ressaltando contudo que, “do mesmo modo, amostras grandes não garantem representatividade: tudo depende da lógica do procedimento para selecionar os respondentes”. Gaskell & Bauer (2003, p. 485) sumarizam a problemática, afirmando que “[u]ma boa distribuição de poucas entrevistas ou textos ao longo de um amplo espectro de estratos tem prioridade sobre o número absoluto de entrevistas ou textos no *corpus*”.

No que diz respeito à validade dos dados recolhidos através de testemunhos orais, o investigador depara-se com a frequentemente debatida, embora menos problemática do que aparenta, questão das fontes orais *versus* fontes escritas. Ferreira (2002, p. 323) expressa que, mesmo a natureza dos materiais em arquivo, incrementalmente registos sonoros (e refira-se, também em suporte vídeo, o qual não é só de interesse acrescido mas que se define, igualmente, como relevante em investigações com recurso a variantes específicas da análise de conteúdo, tais como a análise da enunciação e do discurso), fomentou uma revisão dos papéis das fontes escritas e orais. Mas é possível confiar neste tipo de fonte? Serão as fontes escritas preferíveis? Pollak (1992, p. 207) declara não existir diferença fundamental entre a utilização da fonte escrita ou da fonte oral, pois a observação crítica deve, segundo o autor, ser aplicada a todo o tipo de fontes. Thompson (1998, p. 176) encara a questão de modo semelhante, concluindo que os testes básicos no sentido de determinação da validade da informação apresentada são precisamente os mesmos: busca de consistência interna, cruzamento com dados provenientes de outras fontes e confronto da evidência com um contexto mais amplo. Thompson sintetiza que todas as fontes são “falíveis e sujeitas a viés”, acrescentando que “cada uma

delas possui força variável em situações diferentes”.

Aliás, na atualidade, a hesitação relativa ao recurso a testemunhos orais já não se prende tanto com esta questão, mas com a problemática da (lenta e escassa) constituição de arquivos, ponto que Ferreira (2002, p. 329) salienta como um alvo privilegiado dos críticos às fontes orais. A autora menciona o facto de os registos de entrevistas permanecerem, frequentemente, na posse dos investigadores, ou seja, não abertos a consulta por parte da comunidade científica, como uma das preocupações avançadas em relação aos trabalhos com apoio no domínio da oralidade. Não será excessivo acrescentar à posição oportunamente expressa por Ferreira que, embora a História local seja particularmente aberta a esta problemática, devido a muitas das investigações conduzidas nesse campo se realizarem fora do imperativo académico de disponibilizar as fontes constituídas pelo investigador, é contudo igualmente um domínio no qual a evidência oral tem sido particularmente valorizada, com diversos dos denominados agentes de cooperação da comunidade local (Nunes, 1996, p. 79) (os museus encontrando-se na linha da frente deste tipo de iniciativa) cada vez mais preocupados com a recolha, arquivo e disponibilização de testemunhos orais.

Outros dos agentes referenciados por Nunes que se podem definir como essenciais à procura e recolha de testemunhos são as associações de defesa do património local e as coletividades culturais e desportivas. Estas entidades agrupam, frequentemente, entusiastas amadores da História local, *gatekeepers* informais (Seidman, 2006, p. 43) de informação relevante e que – pelo seu enquadramento na comunidade – detêm igualmente contactos que não se encontram listados ou agrupados em qualquer meio consultável. Nem todas as investigações de História local com necessidade de recurso a testemunhos orais podem encontrar apoio em repositórios já (mesmo que, apenas parcialmente) constituídos; existem contextos nos quais o primeiro obstáculo com o qual os investigadores se deparam é onde encontrar e como contactar os sujeitos ambicionados para o estudo.

Uma ponderação indispensável no campo da informação recolhida com recurso ao testemunho oral prender-se-á com a questão da memória. Como aponta Pollak (1992, p. 203), “[a] memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. Aliás, Thompson (1998, p. 153) sublinha que o processo da memória depende não apenas da capacidade de compreensão do indivíduo, mas igualmente do

seu interesse, ou seja, a fidedignidade depende (pelo menos, parcialmente) do peso que um assunto tem para o sujeito. Nora (1993. p. 9) expande sobre estas considerações, apontando que “[a] memória é a vida, (...) está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações”, acrescentando seguidamente que “[a] história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”.

Esta reconstrução “problemática e incompleta” não se alia apenas à própria memória, mas depende igualmente, em considerável medida, do investigador. Não deve ser esquecido que, como aponta Errante (2000. p. 167), os historiadores orais escolhem os narradores, assim como as histórias às quais os narradores darão voz. Aliás, como sumariza Joutard (1996. p. 57), o entrevistador obtém melhores resultados “quando leva em conta sua própria subjetividade”.

Sucesso no campo da História local, especialmente nos domínios da oralidade, alia-se a uma capacidade de adaptação face a desafios que surgem além das fronteiras dos espaços nos quais o investigador académico atua tradicionalmente. Existem modelos de investigação no

domínio dos quais não se define como suficiente ser versado, por exemplo, nas particularidades da pesquisa bibliográfica e documental, sendo igualmente necessária uma disposição para um tipo de trabalho de campo desafiante, imprevisível nas suas exigências e obstáculos, o qual exige recurso a práticas mais tradicionalmente associadas ao jornalismo que à investigação histórica.

Pesquisa documental e recurso à imprensa (periódicos)

Acerca do “imenso grupo dos documentos escritos”, Mattoso (1997, p. 179) coloca a questão essencial: onde encontrar tal documentação? O autor refere, naturalmente, os diversos conjuntos arquivísticos disponíveis (subentenda-se, documentação consultável a partir de arquivos municipais, distritais, de Misericórdias, de paróquias, etc.), mas adverte igualmente acerca da dificuldade associada a buscas “num imenso matagal de coisas de toda a espécie”, as quais são recompensadoras quando revelam a informação desejada, mas que exigem, acrescente-se, uma dedicação e persistência muito acentuadas. Silva (1999, p. 387) apresenta linha de pensamento complementar, apontando que a pesquisa documental é um processo bastante lento. A informação da qual o investigador necessita define-se, usualmente,

como desafiante de encontrar; além do mais, a documentação encontra-se frequentemente em mau estado, a reprodução nem sempre (acrescente-se até, raramente) é fácil e a caligrafia em documentos pode ser de difícil leitura e transcrição. Este último ponto é da maior relevância para a investigação da História local na e sobre a contemporaneidade, podendo constituir-se como a barreira mais desafiante de transpor neste contexto, tanto para entusiastas amadores como para investigadores eruditos. O facto de um investigador, independentemente da sua formação de base, não deter aptidões específicas no domínio da paleografia pode dificultar consideravelmente a leitura de documentos manuscritos, diminuindo ou mesmo parando por completo o processamento de recolha da informação até poder ser garantida a assistência de um especialista, a qual pode ser não só difícil de assegurar, como também dispendiosa ao ponto de tornar a investigação inviável.

Contudo, como sublinha Febvre (1989, p. 250) “[s]er historiador é (...) nunca se resignar. É tentar tudo, experimentar tudo para preencher as lacunas da informação” e de facto, existem percursos disponíveis além da pesquisa em documentação escrita. Como o autor conclui (1989, p. 249), a história faz-se de documentos escritos “[q]uando eles

existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver”. Febvre coloca aliás a questão em termos bastante coloridos, apontando que o historiador deverá usar tudo à sua disposição para “fabricar o seu mel, à falta das flores habituais”, nomeadamente a própria paisagem (entenda-se, rural ou urbana) e edificações, análises geográficas e químicas, etc. A esta lista, Mattoso (1997, p. 178) acrescenta monumentos, vestígios arqueológicos, obras de arte (erudita ou popular), e objectos da civilização material de outrora, com Silva (1999, p. 392) a salientar ainda a fotografia, os postais ilustrados e os registos de vídeo e som.

Naturalmente, nenhuma observação relativa ao tópico de fontes dispensa algumas breves considerações relativas à imprensa (no contexto da História local, predominantemente imprensa escrita, periódicos). O recurso à imprensa constituir-se-á, frequentemente, como uma das primeiras paragens no percurso de um investigador da História local. Zicman (1985, p. 90) aponta que existem vantagens essenciais na utilização de periódicos como fonte documental da história, das quais é possível destacar a possibilidade de disposição espacial da informação, ou seja, a inserção do facto histórico num contexto mais amplo e

a característica da imprensa assumir o papel de “arquivos do quotidiano”, permitindo estabelecer uma cronologia dos factos históricos. Esta descrição é particularmente adaptada à imprensa local, mais concretamente, à oitocentista, a qual traça com um nível extraordinário de detalhe, não só acontecimentos como também figuras, debates políticos e ideológicos, procedimentos relativos a questões de propriedades, procedimentos civis e religiosos, etc. Esta prevalência de uma imprensa de minúcia e altamente opinativa tem tendência a desvanecer significativamente em meados do século XX, especialmente nas cidades, pois maiores tiragens associadas a incrementos populacionais deslocam o foco da imprensa, de detalhes para abordagens mais generalistas dos grandes temas da atualidade do meio.

Apesar de repleta de interesse, a opção de recurso à imprensa não é, contudo, desprovida de problemáticas. Zicman (1985, p. 90) lembra que “a Imprensa age sempre no campo político-ideológico”, cada jornal aplica o seu próprio “filtro”. Devido a tal, Cruz & Peixoto (2007, p. 260) referem que, em relação a periódicos, o objetivo da leitura e análise deverá ser, primeiramente, “indagar sobre a configuração de seu projeto editorial, desvendando sua historicidade e intencionalidade. É imperativo, portanto, transformá-los em fonte”. As autoras

acrescentam que “os materiais da imprensa não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa” e que “[t]ransformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador”.

As autoras concluem (2007, p. 260) que a imprensa se define como “linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando (...) as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe”. A exploração destas vertentes perante o uso de periódicos na construção da História local deve constituir-se como uma preocupação sempre presente por parte do investigador.

Reflexões finais

A História local destaca-se, cada vez mais, pelo seu dinamismo, relevância e flexibilidade. Contudo, os caminhos neste campo permanecem, frequentemente, desafiantes de trilhar, atravessando problemáticas complexas que dificultam ou vedam, em casos extremos, a exploração de fontes e temáticas. Ponderar uma incursão por dimensões da História local obriga ao delinear de abordagens metodológicas concretas e à disposição de embarcar num trabalho de investigação que

exigirá um investimento muito significativo em termos de tempo, esforço e criatividade.

Referências Bibliográficas

- Barros, J. D. (2009). *O lugar da história local*. Comunicação apresentada na Conferência O Lugar da História Local, Bahia.
- Bauer, M. W., & Aarts, B. (2003). A construção do corpus: Um princípio para a coleta de dados qualitativos. Em M. W. Bauer & G. Gaskell, *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático* (pp. 39–63). Editora Vozes.
- Brisola, E., & Marcondes, N. (2011). A História oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: Um foco a partir da análise por triangulação de métodos. *Revista Ciências Humanas - UNITAU*, 4(1), 124–136.
- Colognese, S. A., & Mélo, J. L. B. de. (1998). A técnica de entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*, 9, 143–159.
- Cruz, H. de F., & Peixoto, M. do R. (2007). Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, 35, 253–270.
- Decreto-Lei N.º 16/93 de 23 de Janeiro da Presidência do Conselho de Ministros*. Diário da República: Série I-A, n.º 19 (1993).
- Errante, A. (2000). Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. *História da Educação*, 4(8), 141–174.
- Febvre, Lucien (1989). Combates pela história. Editorial Presença.
- Ferreira, M. de M. (2002). História, tempo presente e história oral. *Topoi (Rio de Janeiro)*, 3(5), 314–332.
- Garrett, A. (1997). *Viagens na minha terra*. Centralivros Lda.
- Gaskell, G., & Bauer, M. W. (2003). Para uma prestação de contas pública: Além da amostra, da fidedignidade e da validade. Em M. W. Bauer & G. Gaskell, *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático* (pp. 470–490). Editora Vozes.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Joutard, P. (1996). História oral: Balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. Em M. de M. Ferreira & J. Amado, *Usos e abusos da história oral* (pp. 43–62). Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Lozano, J. E. A. (2006). Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. Em M. de M. Ferreira & J. Amado, *Usos e abusos da história oral* (pp. 15–26). Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Mattoso, J. (1997). *A escrita da história. Teoria e métodos*. Editorial Estampa.
- Mendes, J. A. (2000). História local e memórias: Do Estado-Nação à época da globalização. *Revista Portuguesa de História*, 34, 349–368.
- Neto, M. S. (2010). Percursos da história local portuguesa. Monografias e representações de identidades locais. Em J. M. dos Santos & A. S. Catana, *Memória e História Local* (pp. 47–76). Palimage.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Proj. História*, 2, 07–28.

-
- Nunes, G. M. S. (1996). A história regional e local — Contributos para o estudo das identidades locais. *Cadernos de Sociomuseologia*, 8, 71–81.
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10), 200–212.
- Samuel, R. (1989). História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, 9(19), 219–243.
- Seidman, I. (2006). *Interviewing as qualitative research: A guide for researchers in education and the social sciences*. Teachers College Press.
- Silva, F. R. da. (1999). História local: Objectivos, métodos e fontes. Em M. J. Barroca, *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam: Vol. II* (pp. 383–395). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Thompson, P. (1998). *A voz do passado*. Paz e Terra.
- Torgal, L. R. (1987). História...? Que história?: Algumas reflexões introdutórias à temática da história local. *Revista de História das Ideias*, 9(III), 843–867.
- Zicman, R. (1985). História através da imprensa—Algumas considerações metodológicas. *História e Historiografia: Contribuições ao Debate*, 4, 89–102.

Nota biográfica:

Pedro Fernandes é Licenciado em Comunicação Social [Jornalismo] (ESE, IPS), Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (FCSH, UNL) e Doutorando em História Contemporânea (FCSH, UNL).